

## **A Monocultura de Eucalipto como Política Desenvolvimentista e seus Impactos Ambientais e Sociais no Vale do Jequitinhonha – Minas Gerais**

Davidson Afonso de Ramos  
Vinicius Paulino Fidelis

### RESUMO SIMPLES

O estudo analisa os impactos da implantação da monocultura de eucalipto em Grão Mogol, região inserida na bacia do Rio Jequitinhonha, Minas Gerais. A pesquisa parte de uma contextualização histórica da ocupação da região, marcada pela presença de comunidades tradicionais como os Geraizeiros, cuja sobrevivência está profundamente conectada à utilização coletiva das grotas e chapadas. A partir da década de 1970, empresas de silvicultura começaram a se instalar no município, apoiadas por incentivos estatais, promovendo a expropriação de territórios tradicionais. O estudo utiliza métodos participativos (DRP, Mapas Falados, Diagramas de Fluxo e de Venn) aplicados em campo no âmbito do Projeto Veredas Sol e Lares, com o intuito de avaliar os efeitos sociais e ambientais dessas transformações. Os resultados indicam que, apesar das promessas de progresso, a monocultura de eucalipto não proporcionou desenvolvimento econômico e social. Ao contrário, agravou os conflitos por terra, desestruturou modos de vida e reduziu indicadores como o IDHM do município. Conclui-se que o modelo imposto é incompatível com as dinâmicas socioculturais locais.

### RESUMO EXPANDIDO

Historicamente, a região do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais é marcada pela presença de comunidades tradicionais, notadamente os Geraizeiros, que desenvolveram práticas sustentáveis e uma cultura fortemente enraizada no uso comum das chapadas (utilizadas para pastagem e extrativismo) e grotas (áreas úmidas e férteis para cultivo). A partir da década de 1960, no entanto, o Estado brasileiro passou a fomentar projetos de desenvolvimento econômico na região por meio de incentivos à instalação de grandes empreendimentos, como a monocultura de eucalipto, a construção de barragens hidrelétricas e a mineração (D'ANGELIS FILHO & DAYRELL, 2003; GALIZONI, 2007; ZHOURI & OLIVEIRA, 2007).

Tais projetos se consolidaram nas décadas seguintes, especialmente nos anos 1970, com apoio de órgãos estatais como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário (RURALMINAS) e a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), sob a justificativa de combater a pobreza e promover o crescimento regional. Em Grão Mogol, a monocultura de eucalipto foi impulsionada com arrendamento de terras devolutas, ocupações de áreas de uso coletivo e transferência de grandes extensões para empresas privadas. Esse modelo gerou uma profunda

reestruturação fundiária e ecológica, afetando negativamente a autonomia e os modos de vida das comunidades locais.

Com base na análise de autores como Celso Furtado (1974), o trabalho questiona a ideologia do desenvolvimento econômico como um sinônimo de progresso universal, especialmente quando aplicado a territórios rurais habitados por comunidades tradicionais. Furtado afirma que o modelo de desenvolvimento moderno frequentemente mascara a exclusão social e a concentração de renda, uma crítica que é retomada pela autora Andrea Zhouri (2007) ao tratar das contradições entre políticas públicas e justiça ambiental.

O objetivo central do estudo é investigar criticamente os impactos da monocultura de eucalipto no município de Grão Mogol, localizado na bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha, região conhecida por seus contrastes sociais e históricos. Pretende-se verificar se a instalação das empresas de monocultura de eucalipto, ao longo das últimas décadas, tem promovido efetivamente o desenvolvimento econômico e social no município de Grão Mogol. Para isso, busca-se compreender o processo histórico de ocupação do município e do Vale do Jequitinhonha; analisar a atuação do Estado na implantação dos grandes projetos de desenvolvimento; e examinar as relações entre as empresas monocultoras de eucalipto e as comunidades locais.

O percurso metodológico envolve revisão bibliográfica, análise de dados secundários (IBGE, RAIS, CAGED, SNCR/INCRA) e uso de ferramentas participativas aplicadas em campo, como Mapa Falado, Diagrama de Fluxo, Diagrama de Venn e Árvore de Problemas, com foco na escuta e registro das vivências comunitárias (VERDEJO, 2006; KUMMER, 2007).

Também foram analisadas as bases de dados institucionais das empresas atuantes na silvicultura em Grão Mogol. O estudo identificou dez empresas com atividades ou perspectivas de atuação na região. No entanto, o acesso às informações fiscais e contábeis das companhias foi limitado, dificultando a análise detalhada dos impactos tributários. Mesmo assim, buscou-se mapear as áreas plantadas, a presença de fornos para produção de carvão vegetal e os registros de propriedade fundiária dessas empresas.

Os resultados apontam que a monocultura de eucalipto não promoveu o desenvolvimento prometido. Pelo contrário, a instalação das empresas intensificou os conflitos fundiários, acentuou a expropriação das terras das comunidades tradicionais e

enfraqueceu os modos de vida Geraizeiros. Os dados socioeconômicos analisados revelam que o município, mesmo após décadas de presença empresarial, não experimentou crescimento significativo nos indicadores de qualidade de vida. (GALIZONI et al., 2010; NOGUEIRA, 2009; COSTA, 2017; BRITO, 2013).

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), por exemplo, não apresentou evolução destacada e Grão Mogol perdeu posições no ranking estadual e nacional. A renda continua concentrada, como evidenciado pelo Índice de Gini. O município também não conseguiu reter mão de obra: o saldo migratório foi negativo e a taxa de crescimento populacional ficou abaixo da média nacional.

O setor de silvicultura tampouco fomentou uma cadeia produtiva local robusta. Apesar da ampliação de áreas plantadas, não houve atração de indústrias de transformação capazes de agregar valor à matéria-prima. Com isso, Grão Mogol tornou-se mero exportador de recursos naturais, sem internalizar os benefícios socioeconômicos desse processo.

O estudo também destacou o impacto ambiental e social das transformações. As ferramentas participativas revelaram a perda de acesso a recursos hídricos, a substituição da agrobiodiversidade por monoculturas, a destruição de áreas de Cerrado nativo e a degradação da convivência social, antes estruturada em práticas coletivas e comunitárias. As áreas antes comuns tornaram-se cercadas, comprometendo a produção de alimentos e o modo de vida tradicional.

Em comunidades como Andorinha, Taquaral e no acampamento São Francisco, a pesquisa evidencia a coexistência paradoxal entre a abundância de recursos explorados comercialmente (como água mineral e energia elétrica) e a escassez vivida pelas famílias locais. Muitas continuam sem acesso à rede elétrica, à água encanada e a serviços básicos (DAYRELL, 1998; CARVALHO, 2013).

A pesquisa demonstra que o modelo de desenvolvimento imposto não apenas falhou em promover melhoria nas condições de vida da população local, como agravou desigualdades históricas. Isso evidencia uma ruptura entre os discursos oficiais de progresso e a realidade concreta enfrentada pelas comunidades.

O trabalho evidencia que o modelo de desenvolvimento centrado na monocultura de eucalipto é incompatível com as dinâmicas socioculturais e ambientais de Grão Mogol. As empresas, ainda que legalmente instaladas, operam em desacordo com os direitos

territoriais e os modos de vida das populações tradicionais. A ausência de uma política pública voltada à justiça territorial e ambiental acentua o ciclo de pobreza e marginalização.

### REFERÊNCIAS

- BRITO, S. (2013). *Conflitos por território no Norte de Minas*. Dissertação (UFMG).
- CARVALHO, J. (2013). *Saberes tradicionais e uso do Cerrado pelos Geraizeiros*. Tese (UFMG).
- COSTA, K. (2017). *Impactos socioambientais da silvicultura no Norte de Minas*. Dissertação (UFMG).
- D'ANGELIS FILHO, E.; DAYRELL, M. C. (2003). *Territórios tradicionais e resistência*. MAB.
- DAYRELL, M. C. (1998). *A agricultura camponesa no Vale do Jequitinhonha*. Dissertação (UFMG).
- FURTADO, C. (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra.
- GALIZONI, F. (2007). *O Vale do Jequitinhonha: representações e lutas sociais*. Belo Horizonte: Autêntica.
- GALIZONI, F. et al. (2010). *Modos de vida e territórios tradicionais no Alto Jequitinhonha*. In: *Cadernos da CPT*.
- KUMMER, M. (2007). *Ferramentas participativas para diagnóstico rural*. Embrapa.
- NOGUEIRA, A. (2009). *A cultura dos Geraizeiros no Norte de Minas*. Tese (UFMG).
- VERDEJO, T. (2006). *Diagnóstico rápido participativo: guia metodológico*. Porto Alegre: ASPTA.
- ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. (2007). *Desenvolvimento, conflitos ambientais e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG.